



1 ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS – Aos quatro dias do mês de julho de  
2 dois mil e dezessete, às dezoito horas, na sala de reuniões, situada à Rua:  
3 Balduino Taques, 445 – Centro. Realizou-se a nona reunião ordinária do Conselho  
4 Municipal de Saúde. **Presentes os conselheiros Titulares:** Diego Osmar  
5 Rodrigues, Jefferson Magno Pereira, Débora Lee, Fábica Cristine Rocha, Cláudia  
6 Cristina Saveli, Maria Alina Lurdes Oliveira, Felipe Simão Pontes, Leandro Soares  
7 Machado, Paulo Saincler Heusi, José Timóteo Vasconcellos Sobrinho, Sueli  
8 Terezinha Mensen, Ana Maria Bourguignon de Lima e Leandro Santos Dias.  
9 **Presentes Conselheiros Suplentes:** Erika Schemiguel Basso, Bruno Cavasotti  
10 Almeida, Ana Caetano Pinto e Luiz Carlos de Oliveira. O Presidente José Timóteo  
11 Vasconcellos Sobrinho assume os trabalhos e procede a abertura da reunião,  
12 cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação da 8ª Ata**  
13 **da reunião Ordinária. 2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões. 3. Informes**  
14 **Gerais: 4. Ordem do Dia. 4.1. Aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG)**  
15 **2016. 4.2. Apresentação referente ao Relatório de acompanhamento do**  
16 **Contrato da Empresa Prestadora de Serviço ao Hospital Amadeu Puppi**  
17 **(Empresa HYGEE GESTÃO & LTDA). 1. Leitura e Aprovação da 8ª Ata da**  
18 **reunião Ordinária.** Aprovada a 8ª Ata por 14 (quatorze) votos favoráveis e 2 (duas)  
19 abstenções. A conselheira Sueli Terezinha Mensen fala que o pedido de vista  
20 entrou na (7ª) sétima ata. Fala que a publicação tem que estar na íntegra até  
21 porque quando o CMS fizer o parecer para o Tribunal de Contas do Estado do  
22 Paraná, colocar o pedido de vista para respaldar o CMS. **2. Relato Geral 2.1.**  
23 **Relato das Comissões.** A conselheira Sueli Terezinha Mensen fala que os  
24 conselheiros não estão aparecendo nas reuniões da Comissão de Orçamento,  
25 Programas e Projetos, diz que os conselheiros se comprometeram em participem  
26 das reuniões. Diz que tem documentos para serem analisados. Fala ainda que se  
27 os conselheiros não possam participar das reuniões. Porque o trabalho é de  
28 relevância pública, vai ter que convidar algumas entidades pra fazer parte  
29 principalmente das comissões. O presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho  
30 fala da resolução nº 453 da responsabilidade de cada conselheiro em participar das  
31 reuniões das comissões, diz que quando o conselheiro não puder vir nas reuniões,  
32 peça para o suplente; porque as reuniões das comissões não estão tendo quorum.  
33 Porque há muitos documentos parados e precisam ser analisados pelas  
34 comissões. Fala ainda que no começo do ano foi definido que todas as terças feiras  
35 (tirando as reuniões Ordinárias) teria as reuniões da Comissão de Orçamento,  
36 Programas e Projetos. **3. Informes Gerais:** A Conselheira Claudia Cristina Saveli  
37 fala que na comissão de Orçamento, Programas e Projetos têm que ter uma pauta  
38 e que o relatório do 1º quadrimestre foi entregue um dia antes para analisar. O  
39 conselheiro Leandro Soares Machado pergunta se teve mais alguma reunião  
40 referente ao Plano de Cargos, Carreira e salários e se avançou. Diz que  
41 conversando com a conselheira Fábica Cristine Rocha, a mesma comentou que teve  
42 um diálogo só com o nível superior e não contempla a grande maioria. A  
43 conselheira Ana Maria Bourguignon de Lima fala que foi na audiência pública



44 (relacionada à destinação dos valores arrecadados a título de contrapartida da  
45 APMI/UNIMED pela utilização de imóvel público objeto dos autos nº 5000472-  
46 27.2016.404.7009); e como era a única conselheira presente naquele momento  
47 representando o CMS, a partir desta participação na audiência pública o oficial  
48 pediu que ela participasse das próximas etapas do processo; nesta audiência ficou  
49 acordado que tanto a 3ª Regional de Saúde (SESA) quanto a Prefeitura Municipal  
50 de Ponta Grossa; entrarem em um acordo para que este dinheiro seja utilizado de  
51 forma conjunta; a Secretaria Municipal de Saúde alegou que com o fechamento do  
52 Hospital Evangélico, teve que assumir uma série de exames, porque era o Hospital  
53 Evangélico que fazia; e por conta disso hoje os exames são feitos no Centro da  
54 Mulher e a fila é muito grande. Seria feito acordo e a parte da 3ª Regional de Saúde  
55 iria para investimento em outras áreas da Saúde que eles acabaram deixando de  
56 fazer em função da destinação para o Hospital Evangélico e a maternidade  
57 Santana e Hospital Regional. Esse é o relato e fiquemos atentos se vier alguma  
58 notificação da justiça Federal. A 1ª secretária Maria Alina Lurdes Oliveira fala que  
59 ela e a conselheira Márcia Cristina da Silva Rodrigues participaram da 1ª  
60 Conferência da Mulher, diz que a Márcia conseguiu vaga para ir para Brasília na  
61 Conferência da Mulher, diz que as propostas que teve são propostas em âmbito  
62 Estadual, vai ajudar muito nas questões de Ponta Grossa. Fala ainda que assim  
63 que tiver acesso as propostas vai encaminhar para o CMS, para que seja repassada  
64 para os conselheiros. Gostaria de pedir de novo a Gestão que existe uma pauta  
65 solicitando que seja apresentado protocolo que estou atendendo aqui e eles até  
66 agora não se manifestaram quanto a isto, então gostaria que a gestão viesse  
67 apresentar os protocolos principalmente da Atenção Primária para que todos os  
68 conselheiros estejam atentos. O presidente José Timóteo Vasconcelos Sobrinho  
69 fala que o Sr. Isaias Cantoia Luiz veio fazer uma auditoria referente ao  
70 Acompanhamento dos Incentivos do Programa Estadual de Qualificação dos  
71 Conselhos Municipais de Saúde, diz que ainda podemos adquirir os itens até o fim  
72 deste mês, porém se perdermos esta primeira verba, não receberá as outras. O  
73 presidente fala que poderia ser feito um ofício solicitando a SMS como está o  
74 processo, fala que o representante da SMS o conselheiro Diego Osmar Rodrigues  
75 pode explicar como está o processo. A conselheira Sueli Terezinha Mensen fala  
76 que no primeiro momento o Sr. Isaias Cantoia Luiz, o mesmo compunha a Mesa  
77 Diretora do CMS ajudou a elaborar este projeto. A SMS falou que era inviável este  
78 projeto e foi reformulado o projeto, foi este que a Fábria Cristine Rocha fez agora. A  
79 SMS falou que seria feito através das atas as cotações de preços, nesta última  
80 reunião o Sr. Isaias Cantoia Luiz esteve aqui e o mesmo falou que dispensa  
81 licitação por ser um valor baixo é só fazer as tomadas de preço e comprar os  
82 equipamentos. O conselheiro Jefferson Magno Pereira fala que conversou com o  
83 Sr. Isaias Cantoia Luiz antes de vir para a reunião o qual explicou que o recurso  
84 tem uma data para ser gasto e já tem um plano de excussão para este recurso, e  
85 informou que já estava em andamento na prefeitura e não pode ser trocado por  
86 causa do tempo, diz que se não for gasto até agosto vai ser recolhido o recurso é



87 como o presidente explicou se não gastar o recurso de 2016 não virá o recurso de  
88 2017 e conseqüente os demais anos. O 2º secretário Diego Osmar Rodrigues  
89 representante da SMS fala que assumiram a Mesa Diretora em março deste ano já  
90 tivemos a demanda deste processo aqui no CMS. O processo que começou em  
91 julho de 2016, o processo ficou 132 dias parado no CMS, quando a nova Mesa  
92 Diretora assumiu o CMS a secretária nós trouxe este processo e falou que estamos  
93 com este processo parado e não sabemos o que fazer com ele; a Mesa Diretora se  
94 reuniu e foi repactuado, porque o plano que tinha sido feito era inviável (porque  
95 não se compra um computador por dois mil reais) foi aprovado pelo pleno e este  
96 processo voltou para a SMS; o processo está tramitando. Acontece que foi um  
97 recurso de 2016 que virou para 2017 ele precisa estar na lei orçamentária, virou um  
98 superávit não foi gasto, a lei estava na câmara dos vereadores, na comissão de  
99 Orçamento e tinha até o dia 27 de junho para votar o parecer, eles votaram nos  
100 últimos prazos e a lei foi publicada em Diário Oficial do Município agora nos últimos  
101 dias; após a publicação desta lei que regula este orçamento do CMS, ambos os  
102 processos tem dotação orçamentária para correr. A SMS está fazendo de tudo para  
103 agilizar este processo, quando voltou o processo pra lá foi desmembrado, ficando  
104 um processo de material de informática e o outro processo ficou para a realização  
105 do Seminário do Controle Social que é para a capacitação dos conselheiros de  
106 saúde. Ambos os processos estão tramitando um deles vai ser feito dispensa de  
107 licitação por baixo valor que é a do material de informática, diz que a Fábria fez a  
108 cotação pela internet e quando é por dispensa de licitação precisa fazer a tomada  
109 de preço de empresas e não pode ser feito por internet, portanto a cotação da  
110 Fábria teve que ser refeita justamente para poder dar mais serenidade e o outro  
111 processo se encontra na conta do Município para fazer a licitação. Diz que o  
112 processo com o material de informática foi protocolado dia 11 de abril, está com 79  
113 dias de tramites que é dentro dos trâmites da prefeitura está super corrido, porque  
114 sabemos que os processos na prefeitura demoram em torno de 120 dias para sair  
115 uma licitação. O que não dá é pra colocar a culpa da utilização do recurso na SMS  
116 como um todo nós temos uma parcela no sentido de dar serenidade nos processos,  
117 mas entendemos que tem que ser empenhado até agosto, porém temos que  
118 compreender também que nós tivemos uma falha quanto a CMS que foi fazer que  
119 este processo ficasse parado por tanto tempo (132 dias) isto está protocolado e  
120 temos como comprovar este tempo que ficou e nós quanto Mesa não sejamos  
121 responsabilizados porque já pegamos com os prazos extrapolados. Houve está  
122 cobrança por parte do Sr. Isaias Cantoia Luiz que é super importante quero deixar  
123 registrado isso que estamos fazendo o Máximo possível para não perder este  
124 recurso. O conselheiro Felipe Simão Pontes fala que a sua dúvida é saber do  
125 tramite se existe a disponibilidade do auditor da 3ª Regional de Saúde cumprir toda  
126 a motivação da Mesa Diretora quanto da SMS. O presidente José Timóteo  
127 Vasconcelos Sobrinho fala que o Sr. Isaias Cantoia Luiz está como auditor da 3ª  
128 Regional de Saúde; só que quando este recurso veio para o CMS ele fazia parte da  
129 Mesa Diretora do CMS, diz que o Sr. Isaias mais do que nunca sabia do que se



130 trata. A conselheira Sueli Terezinha Mensen fala que em questão ao  
131 questionamento do conselheiro Felipe a sua preocupação também é está, diz que  
132 tem que tomar muito cuidado que derrepente está auditoria não vire que seja culpa  
133 do CMS e o CMS foi omisso, porque se o processo segundo o conselheiro Diego  
134 falou que ficou 120 (cento e vinte) dias no CMS o mesmo. Porém ficou quase 1  
135 (um) ano parado na SMS. O 2º secretário Diego Osmar Rodrigues fala que é  
136 impossível este projeto ter ficado um ano parado na SMS, pois o lapso temporal  
137 não bate, tanto é que a data do primeiro plano de aplicação é novembro de 2015,  
138 sendo o recurso transferido ao fundo municipal de saúde em fevereiro de 2016. O  
139 presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho pede para o representante da 3ª  
140 Regional de Saúde falar sobre a 1ª Conferência Estadual de Vigilância em Saúde.  
141 O conselheiro Jefferson Magno Pereira representante da SESA fala que 1ª  
142 Conferência Estadual de Vigilância em Saúde aconteceu em Ponta Grossa, dia 19  
143 de julho com início às 09h00min encerramento às 17h00min, no Hotel Barbur. Fala  
144 que fazemos parte da macro Leste que é Curitiba, foi dividido por conta de  
145 municípios. Macro Leste 2: Farão parte as Regionais de: Ponta Grossa, Irati,  
146 Guarapuava, União da Vitória e Telêmaco Borba, e todos os municípios destas  
147 Regionais mais ou menos 54 a 60 municípios. São 4 (quatro) subcomissões, 4  
148 (quatro) sub eixos, que serão escolhidas propostas, um total de 12 (doze)  
149 propostas para levar para a Estadual. O presidente José Timóteo Vasconcellos  
150 Sobrinho fala que conforme deliberado pelo pleno os conselheiros que participaram  
151 da 1ª Conferência Estadual de Vigilância em Saúde. Segmento dos Usuários: Ana  
152 Maria Bourguignon de Lima, Leandro Soares Machado, José Timóteo Vasconcellos  
153 Sobrinho, Paulo Saincler Heusi. Segmento dos Trabalhadores: Cláudia Cristina  
154 Saveli, Fábila Cristine Rocha. Segmento do Gestor: Diego Osmar Rodrigues.  
155 Segmento do Prestador: Tatiane Cristina Leite dos Santos. O 2º Secretário Diego  
156 Osmar Rodrigues fala do Ofício 080/2017 da Associação de Apoio, Atendimento e  
157 Assessoramento à Comunidade Surda Geny de Jesus Ribas que a representante  
158 era a conselheira Titular: Ines Chuy Lopes, passando a vaga para a entidade do  
159 Grupo RENASCER de Apoio aos Homossexuais: Titular: Adriano Comassetto  
160 Machado (Débora Lee). A conselheira Ana Maria Bourguignon de Lima fala que  
161 participa do Comitê Regional de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal e desde o ano  
162 passado está sem suplente. Deliberado pelo pleno que a suplência ficara com a  
163 conselheira Sueli Terezinha Mensen. **4.1. Aprovação do Relatório Anual de**  
164 **Gestão (RAG) 2016.** O presidente fala que chegou a resposta do pedido de Vista  
165 da SMS referente a RAG, pede para o 2º Secretário Diego Osmar Rodrigues para  
166 ler. Ao CMS: em resposta ao ofício nº 039/2017, que trata do pedido de Vistas ao  
167 Relatório Anual de Gestão de 2016, e ao Parecer redigido pela conselheira Sueli  
168 Terezinha Mensen, esclarece: que, conforme o segundo parágrafo, a conselheira  
169 afirma que o RAG 2016 foi objeto de análise por parte dos conselheiros em  
170 reuniões com os diversos técnicos e gestores da SMS, bem como nas Comissões  
171 deste Conselho, denotando ampla transparência e abertura para discussão dos  
172 resultados alcançados. Que os resultados apresentados, ou seja que 71% das



173 metas propostas foram alcançadas não condiz com percepção de ineficiência da  
174 gestão, considerando o ano crítico para a economia do país com altos reflexos nos  
175 municípios brasileiros, em especial em Ponta Grossa. Que a SMS apresentou ao  
176 longo do ano, quadrimestralmente, e sempre que solicitado, informações e  
177 justificativas para as dificuldades encontradas e as metas parcialmente alcançadas  
178 ou não alcançadas, destacando que para o efeito cumprimento das metas tem-se  
179 ainda o ano de 2017, considerando que o Planejamento é previsto para o período  
180 de 2014 a 2017. Que para todas as metas apresentadas, foram apresentadas por  
181 escrito as justificativas para o seu não alcance. Que não condiz a afirmação de que  
182 a SMS não contextualizou e não emitiu parecer qualitativo sobre os serviços, pois a  
183 apresentação dos relatórios quadrimestrais apresentados constitui-se sim de  
184 análise qualitativa, considerando que na análise todos os técnicos têm a  
185 prerrogativa de apresentar os dados de suas respectivas áreas e os respectivos  
186 desdobramentos e perspectivas de intervenção para melhoria dos mesmos. Que a  
187 SMS repudia a afirmação da “omissão da gestão” quanto á demonstração da  
188 aplicação dos recursos, pois os mesmos fazem parte da introdução dos  
189 documentos de prestação de contas apresentado quadrimestralmente. Tal  
190 prestação de Contas também são apresentadas á Câmara Municipal de Ponta  
191 Grossa em Audiência Pública e divulgadas no site da Prefeitura de Ponta Grossa.  
192 No que tange ás recomendações: a) O processo de planejamento está articulado  
193 com recursos financeiros, pois os mesmos são indissociáveis. b) A listagem dos  
194 contratos da SMS foi encaminhada ao CMS e quadrimestralmente são enviadas  
195 informações no Portal da Transparência do Município. c) Não procede  
196 tecnicamente a informação de que o município não assegura recursos de custeio e  
197 investimento em ações de média e alta complexidade, pois os mesmos, conforme  
198 atribuição da gestão municipal que é a priorização com a Atenção Primária  
199 compete ao Governo do Estado viabilizar tais ações. d) Que o PCCS não será  
200 construído tão somente para a SMS, mas um Plano que contemple o conjunto dos  
201 servidores públicos do Município de Ponta Grossa. O presidente José Timóteo  
202 Vasconcellos coloca em regime de votação o **Relatório Anual de Gestão (RAG)**.  
203 Aprovada por 11 (onze) votos favoráveis, 4(quatro) votos contrários (Leandro  
204 Soares Machado, Luiz Carlos de Oliveira, Sueli Terezinha Mensen e José Timóteo  
205 Vasconcellos Sobrinho) e 1(uma) abstenção. A conselheira Sueli Terezinha  
206 Mensen fala que quer justificar o seu voto contraria porque desde 2008, conforme a  
207 mesma colocou no pedido de vistas não foi implantado o Plano de Cargos, Carreira  
208 e Salários, os contratos não vêm para este CMS para analise isto já foi decidido  
209 desde 2010 vêm pedindo estes contratos, embora os contratos estejam no portal  
210 de transparência nós não temos conhecimento dos aditivos o Relatório de Gestão  
211 não tem valores de algumas entidades, diz que são informações que não tem como  
212 avaliar, os aditivos também não tem como saber; com base se ele se encontra na  
213 lei nº 8.66, que é 25% no valor de cada contrato. Na gestão passada que era na  
214 época do Prefeito Pedro Wosgrau, quando os contratos vieram para dentro deste  
215 CMS e foi analisado tinha 10, 12 aditivos isto é de total irregularidade com a lei,



216 hoje não temos conhecimento se a SMS adequou. **4.2. Apresentação referente ao**  
217 **Relatório de acompanhamento do Contrato da Empresa Prestadora de**  
218 **Serviço ao Hospital Amadeu Puppi (Empresa HYGEA GESTÃO & LTDA).** A  
219 conselheira Sueli Terezinha Mensen; Análise do contrato 394/2016EMPRESA  
220 HYGIA & SAÚDE LMTD. Em análise ao processo 2450172/2016 total de 3 ( três  
221 )volumes, qual encontra-se na Controladoria Geral do Município. A maioria dos  
222 profissionais que estão executando serviços de escala não condiz com a escala  
223 enviada ao conselho Municipal de Saúde, e a grande maioria não está cadastrada  
224 no CNS e não compõe a composição societária da empresa contratada, conforme  
225 análise da controladoria no processo 2450172/2016 fls 09. A controladoria enviou a  
226 empresa ofício 358/16 para a empresa manifestar se referente às fls 385<sup>a</sup>440,  
227 juntadas de notas fiscais do mês de julho e agosto valores pagos para alguns  
228 médicos que prestaram serviços nesse período. A empresa se manifestou que os  
229 pagamentos das notas fiscais foram pagos no mês de setembro processo  
230 2800306/16. A controladoria informa que a empresa não satisfaz os apontamentos  
231 das fls 385 a 440; assinado pelo procurador do município Lauro Rodrigues e a sub  
232 controladora de auditoria Maria de Lourdes costa e a técnica de Controle interno  
233 Denise aparecida Hamilka. Nas fls 444 do referido processo foi enviado ofício nº  
234 032/17 Hm pela fiscal do contrato Senhora Karin Marian da costa Agner,  
235 informando das irregularidades a serem sanadas,apontadas pela controladoria,  
236 nas folhas 449 foram anexadas cópias das notas emitidas mês de julho e agosto  
237 informando que das notas que foram canceladas pela empresa A controladoria  
238 solicitou retificação do pagamento das notas fiscais e que as informações da  
239 empresa não satisfazem as exigências da Jucepar. No contrato da empresa foram  
240 inseridos 74 (setenta e quatro médicos como sócios, e faltam 34 assinaturas  
241 desses médicos como sócios e parte deles não tem cadastro no CNS. Dois  
242 médicos inseridos como sócios tem ações trabalhistas contra o município.  
243 Considerando as irregularidades na sociedade com os demais profissionais pode  
244 desencadear várias ações trabalhistas com o município trazendo prejuízo ao erário  
245 público. O contrato da empresa encerra-se no mês de julho, não é de conhecimento  
246 deste conselho se foi realizado aditivo para as continuidades dos trabalhos  
247 prestados ou se será renovado esse contrato. em conformidade com a lei 8666  
248 Informo ainda que a empresa não apresentou documentos solicitados por meio de  
249 ofício o projeto de licitação da empresa, segundo informação por contato telefônico  
250 a secretaria informou que o mesmo foi arquivado. Venho reiterar a solicitação de  
251 forma oficial o pedido que desarquive o referido processo para que o conselho  
252 obtenha as devidas informações para dar seguimento ao acompanhamento do  
253 contrato 344/2016 da empresa Hygea. O 2º secretário Diego Osmar Rodrigues fala  
254 que este documento deveria ser protocolado cópia para a Prefeitura.O conselheiro  
255 Felipe Simão Pontes fala que após encaminhar cópia para a prefeitura; sugere que  
256 seja comunicado também o Ministério Público. O presidente José Timóteo  
257 Vasconcellos Sobrinho encerra a reunião às 19:49h.